

Questões acerca da história em Rousseau

Evaldo Becker¹

Resumo: O artigo visa tratar de forma breve algumas questões acerca da noção de história no pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Pretende-se verificar nos escritos do autor qual o seu posicionamento no que diz respeito ao sentido da história, qual a relação entre história e sociabilidade e como estas se relacionam e interferem com a noção de “homem natural” ou com as qualidades ontológicas do homem. Além disso, buscar-se-á também destacar algumas das influências percebidas na obra do autor acerca da história, principalmente o que Rousseau escreve sobre a importância do estudo da mesma tendo-se em vista a formação moral dos jovens.

Palavras-chave: Rousseau – homem natural – história.

Deixo de lado a história moderna, não só por ela não ter fisionomia e por nossos homens serem todos parecidos, mas porque nossos historiadores, preocupados apenas em brilhar, só pensam em fazer retratos muito coloridos e que não raro nada representam. Geralmente, os antigos fazem menos retratos, e usam menos espírito e mais bom senso em seus julgamentos.
(Rousseau, *Emílio*, Livro IV)

1. História negativa e responsabilização

A idéia apresentada na epígrafe reflete de forma exemplar, o posicionamento de Rousseau no que tange aos homens e às sociedades de seu tempo; deixa clara também, a maneira como este recepciona as

narrativas históricas produzidas em sua época.² Época na qual os historiadores – geralmente subvencionados pelos reis ou pela igreja – apresentavam no entender de Rousseau, pouco compromisso com a verdade dos fatos e mais com os interesses de seus mecenas. Mas sua concepção acerca da história não se restringe somente aos relatos de seus contemporâneos, nem tampouco à história moderna tomada de forma isolada. Rousseau deixa clara sua opinião no que tange à história humana tomada como um todo; para ele o sentido que esta assume é o negativo.³ Concepção semelhante, já havia sido apresentada de forma enfática no *Discurso sobre a origem da desigualdade*, texto publicado em 1755, onde o autor, referindo-se ao homem de seu tempo, afirma que este encontrava-se “descontente com seu estado atual, por razões que prometem” à sua “infeliz posteridade ainda maiores descontentamentos”. Este homem – continua o autor – “talvez desejasse retroceder”; tal sentimento deve constituir segundo ele, o “elogio de seus primeiros antepassados”, a “crítica de seus contemporâneos” e “o pavor dos que terão a infelicidade de viver depois dele” (Rousseau 9, p. 51). Nesse sentido, afirma Maria das Graças de Souza, “a história dos homens é a história da queda. Esta transformação da alma humana corresponde à transformação das instituições, cuja trajetória também se dá no sentido que vai da pureza antiga à depravação atual.” (Souza 13, p. 71).

Todas as críticas desferidas por Rousseau às sociedades historicamente constituídas e, principalmente, às grandes cidades de sua época, levam-no a afirmar que em seu tempo não mais existiam pátria nem

2 Sobre as noções de história implicadas no *Discurso sobre a origem da desigualdade*, ver *Anthropologie et politique* (Goldschmidt 2). Goldschmidt examina detidamente a questão do método utilizado por Rousseau ao escrever o *Discurso sobre a origem da desigualdade*, optando por um método hipotético – ou que poderíamos chamar de a-histórico – visando explicar a “natureza das coisas” e afastando todos os “fatos” – justamente pelo motivo de os “fatos” estarem diretamente relacionados aos fatos teológicos narrados como verdades históricas no corpo das escrituras bíblicas e que serviam de prova incontestável contra todo e qualquer escrito que pudesse contrariar tais dogmas. “C’est pourquoi les commentateurs sont assez unanimes pour entendre par faits, ‘les faits théologiques’, ‘le récit de la Création de la Genèse’, surtout ceux dont l’Ecriture atteste la vérité historique” (Goldschmidt 2, p. 125 ss). O autor menciona também a querela acerca da atribuição da frase em questão pura e simplesmente às questões teológicas, principalmente a interpretação de Vaughan (Vaughan 14), que contesta tal viés interpretativo. Ver também Goldschmidt 2, p. 156 ss, onde se trata da historiografia no século XVIII.

3 Sobre a questão do sentido negativo de história em Rousseau, ver Souza 13, principalmente o capítulo “História e declínio: Rousseau”.

1 Doutorando no Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. Bolsista do CNPq e Estagiário de Doutorado na Universidade de Paris IV – Sorbonne. E-mail: evaldob@usp.br

tampouco cidadãos, e que estas palavras deveriam ser esquecidas pelos povos modernos. Esta idéia é apresentada no *Emílio*, com as seguintes palavras: “A instituição pública não existe mais, e não pode mais existir, já que onde não há mais pátria não pode mais haver cidadãos. Estas duas palavras, pátria e cidadãos, devem ser canceladas das línguas modernas.” (Rousseau 11, p. 12).

Segundo Rousseau, os homens corrompem-se mutuamente em função do desregramento de paixões, bem como de sua desvairada crença nos preconceitos de época. Preconceitos que, em lugar de valorizarem as atitudes, contentam-se com as virtudes aparentes e com uma série de convenções que teriam por função apenas refinar os gestos e as falas, dando a estes uma forma mais ou menos homogênea.

Rousseau, na abertura do primeiro livro do *Emílio*, afirma:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. (Rousseau 11, p. 7)

O sentido da depravação fica aqui bastante claro. Ao afirmar que “tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas” e que “tudo degenera nas mãos do homem”, Rousseau aponta para o verdadeiro responsável pelas transformações realizadas na alma humana e que resultaram, segundo o autor, em deformidades e adestramento. Longe de atribuir o mal-estar verificado em sociedade a Deus ou à natureza nefasta do homem, Rousseau lha salvaguarda. E atribui às escolhas humanas, materializadas sob a forma de instituições, a responsabilidade pela deformação e pelo adestramento da alma humana. Na *Profissão de fé do vigário de Sabóia*, presente no Livro IV do *Emílio*, Rousseau afirma que “é o abuso de nossas faculdades que nos torna infelizes e maus. Nossas tristezas, nossas preocupações, nossos sofrimentos vêm-nos de nós mesmos. O mal moral é incontestavelmente obra nossa.” (Rousseau 11, p. 379).

Ao atribuir ao próprio homem a responsabilidade pelo mal-estar verificado em sociedade, Rousseau “desloca um problema que até então era tratado no campo da metafísica, para o campo da moral e da ética”.⁴ Ou seja, o mal-estar que até então era considerado como derivado do “pecado original”⁵ e que por isso participava irremediavelmente da alma humana, é posto como resultante das más escolhas realizadas pelos homens em sociedade.

Rousseau, no entanto, não se contenta em desferir sua crítica pura e simplesmente, ou pregar um ataque cego a todas as instituições humanas. Sua crítica reconhece que o homem civil e as instituições são inevitáveis, e que o horizonte no qual se precisa trabalhar quando se busca uma compreensão profunda da corrupção, bem como de alguma possibilidade de amenizá-la ou remediá-la, é o horizonte do “homem do homem” ou do homem civil imerso nas instituições existentes, ou ainda, naquelas possíveis de virem a existir.

Mesmo quando ataca com todo o furor os homens de seu tempo, as ciências, as artes e a maior parte dos conhecimentos produzidos, Rousseau adverte para o fato de que tais circunstâncias ou tais depravações percebidas não fazem parte da constituição *ontológica* do homem ou de sua “natureza”. A posição de Rousseau, por pessimista⁶ que seja, não nos permite naturalizar o mal – como faz Hobbes, por exemplo –, já que nos leva – pela responsabilização do próprio homem – a desejar e a projetar outro tipo de sociedade e de instituições, radicalmente diferentes

4 Ver Cassirer 1.

5 Cf. Polin: “Rousseau refuse l’explication par le péché originel. Mais ce qu’Adam et Eve n’ont point fait, c’est le genre humain qui vale faire au cours de l’histoire. Il va accomplir ce ‘péché’ que l’on pourra alors appeler ‘historique’, le péché du genre humain.” (Polin 6, p. 9). Sobre a posição de Rousseau em relação ao problema do pecado original, ver também Goldschmidt: “Rousseau en avait si bien conscience [da novidade de sua interpretação] qu’il a pu croire, dans sa joie d’explorateur, avoir résolu l’enigme immémoriale, et en avoir rendu caduque la solution traditionnelle par le péché originel.” (Goldschmidt 2, p. 780).

6 No que concerne ao pessimismo rousseauiano, principalmente no que se refere às questões internacionais, mas também no que diz respeito à indeterminação do sentido da perfectibilidade humana escreve Goyard-Fabre: “Même si ce pessimisme méthaphysique n’a pas la fatalité d’un *destin* puisque la perfectibilité de l’homme le laisse libre pour le bien comme il l’est pour le mal, il exprime néanmoins, plus encore que l’ameurtume et le désarroi d’une âme blessée, la misère et la détresse qui, irrémédiablement, taraudent l’humanité: la destinée historique des peuples ne rejoindra jamais la destination sublime de l’humanité.” (Goyard-Fabre 3, p. 222).

daquelas de seu tempo. Vejamos uma passagem do texto de Cassirer que corrobora esta idéia:

A forma da sociedade existente até agora sobrecarregou os homens com inúmeros males, envolvendo-os cada vez mais profundamente com o erro e o vício. Mas esse envolvimento não é um destino inevitável ao qual o homem está submetido. Ele pode livrar-se dele ao tomar as rédeas de sua própria história – ao transformar o mero *ter de*, em *querer* e em *dever*. É coisa dos homens e está em seu poder transformar em benção a maldição existente até agora sobre todo o desenvolvimento estatal e social. Mas eles só podem resolver essa tarefa depois de se compreenderem e encontrarem a si mesmos. (Cassirer 1, p. 64)

A passagem citada apresenta a compreensão de Cassirer acerca da responsabilidade que concerne à moral. Responsabilidade atribuída por Rousseau ao próprio homem, e que lhe assegura a possibilidade de intervir em seu presente e em determinar seu próprio destino. Esta idéia pode ser confirmada em passagens como esta do *Emílio*, onde Rousseau escreve: “Que eu saiba, nenhum filósofo até agora foi suficientemente ousado para dizer: eis o termo aonde o homem pode chegar e que não seria capaz de ultrapassar. Ignoramos o que nossa natureza nos permite ser; nenhum de nós mediu a distância que pode haver entre um homem e outro homem.” (Rousseau 11, p. 45).

A crítica de Rousseau aos preconceitos de sua época e à corrupção das instituições, aliada ao seu pessimismo histórico, não nos deixa, no entanto, na posição de isentos, nem tampouco nos sugere uma postura letárgica e conformista. Está nas mãos dos homens o poder de intervir e recriar sua vida em sociedade. Nesse mesmo viés interpretativo, afirma Raymond Polin, “tudo resta sempre possível e a história da humanidade não está jamais acabada para Jean-Jacques Rousseau. Para ele, cada homem, bem como, todo o gênero humano nunca está absolutamente perdido nem absolutamente salvo”.⁷ É a partir das qualidades essenciais do homem, tais como a *liberdade*, a *igualdade*, a *pitié* e a *perfectibilidade*, que este pode refazer sua própria história e

modificar seus corrompidos costumes. Afinal, conforme Rousseau mesmo alerta no Contrato, “os limites do possível nos assuntos morais são menos estreitos do que pensamos: são nossas fraquezas, nossos vícios, nossos preconceitos que os estreitam.” (Rousseau 10, p. 144).

2. A crítica às sociedades historicamente constituídas e o ideal do Contrato

Iniciemos com a célebre passagem:

O homem nasce livre e por toda parte se encontra sob grilhões. Aquele que mais acredita ser o senhor dos outros não deixa de ser mais escravo do que eles. (Rousseau 10, p. 70)

É com esta contundente idéia que Rousseau abre o *Contrato social*. Nota-se de início que o tom do texto não é meramente propositivo, ou seja, Rousseau não pretende simplesmente oferecer um modelo de sociedade a ser seguido. Sua intenção é fazer uma crítica radical às sociedades historicamente constituídas. Ao afirmar que o “homem nasce livre” e em toda parte “encontra-se sob grilhões”, Rousseau demonstra que o processo histórico pelo qual passou o homem acabou por corromper sua natureza, transformando aquilo que seria um ser livre e independente, em um escravo. Milton Meira do Nascimento, em seu artigo “Le législateur et l’écrivain politique chez Rousseau”, lembra que:

Se a história nos revela um homem cada vez mais desfigurado, chegando até seu completo desaparecimento na escravidão, esta condição última da história não pode ser o ponto de partida para a construção do Estado, pois a instituição da associação política se inscreve também no processo histórico, como um remédio empregado para impedir a degeneração da espécie humana; todavia, se este remédio não for empregado na dose correta, ele tornará ainda mais

⁷ “(...) tout reste toujours possible et l’histoire de l’humanité n’est jamais finie avec Jean-Jacques Rousseau. Avec lui, chaque homme, ou tout le genre humain, tout aussi bien, n’est jamais tout à fait perdu ni tout à fait sauvé.” (Polin 6, p. 17, nossa tradução).

grave o processo de degenerescência e desencadeará a perda total da liberdade.⁸

Este processo histórico de corrupção mútua foi bastante enfatizado no *Segundo Discurso* e acabou desembocando segundo Rousseau no pacto social que instituiu as sociedades. Tal pacto, também chamado de pacto dos ricos, é descrito no *Discurso sobre a economia política* nos seguintes termos:

Podemos resumir em quatro palavras o pacto social entre as duas partes: você tem necessidade de mim porque sou rico e você é pobre; façamos então um acordo: permitirei que você tenha a honra de me servir, desde que me seja dado o pouco que lhe resta, em troca do meu comando. (Rousseau 8, p. 53)

Segundo Rousseau, o pacto feito nestas condições, teria acabado por beneficiar aqueles que tinham muito e por legitimar a exploração daqueles que tinham pouco e que tiveram que se submeter em troca da proteção dos ricos. O que se verifica é que tal pacto teria se dado sem uma compreensão prévia de seus efeitos, e teria sido motivado pela necessidade eminente de proteção e sobrevivência por um lado, e pelo desejo de proteger a propriedade dos bens e legitimar a exploração vigente, de outro.⁹ Ou seja, grande parte do mal-estar verificado em sociedade e da corrupção imperante é fruto de uma sociabilidade mal planejada, que se deu antes que se pudesse perceber suas implicações e possibilidades. Mas agora, escreve Cassirer, “trata-se de quebrar esse encanto. O mero Estado imposto pela necessidade, deve se tornar o

8 “(...) si l’histoire nous révèle un homme de plus en plus défiguré, aboutissant à sa complete disparition dans l’esclavage, cette condition dernière de l’histoire ne peut être le point de départ pour la construction de l’Etat, car l’institution de l’association politique s’inscrit aussi dans le processus de l’histoire, comme un médicament employé pour empêcher la dégénération de l’espèce humaine; néanmoins, si ce médicament n’est employé à la bonne dose, il rendra encore plus grave le processus de dégénérescence et déclenchera la perte total de la liberté.” (Nascimento 4, nossa tradução).

9 Nesse sentido escreve Cassirer: “até agora, a humanidade foi bem mais possuída pelo Estado do que lhe deu forma livremente e manifestou nele a ordem adequada a si mesma. A necessidade impeliu-a ao Estado mantendo-a presa a ele, bem antes que ela pudesse entender interiormente e compreender a necessidade dele.” (Cassirer 1, p. 63).

Estado da razão.” (Cassirer 1, p. 63).

É nessa perspectiva que Rousseau escreve o *Contrato social*, ou seja, para estabelecer as condições legítimas e racionais segundo as quais o pacto social poderia se dar. Visando uma efetiva melhoria das condições de vida dos homens em sociedade e salvaguardando algumas qualidades primordiais da natureza humana, tais como: a *liberdade* e a *igualdade*.¹⁰ No Livro I do *Contrato social*, Rousseau afirma que este visa: “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes. Esse é o problema fundamental que o contrato social soluciona.” (Rousseau 10, p. 78).

3. O papel do estudo da história na formação moral dos jovens e o exemplo de Plutarco

Rousseau no capítulo IV do *Emílio*, ao tratar da formação moral¹¹, escreve que ao começar a sentir o seu “ser moral” o jovem ou adolescente deverá estudar-se por suas relações com os homens, o que segundo o autor, seria o trabalho de sua vida inteira. No intuito de melhor conhecer os homens, de perceber como suas paixões influenciam suas ações ao longo da história humana e poder melhor orientar suas ações no mundo é que Rousseau ressalta a importância de se conhecer a história destes e do mundo. Caso contrário, a história não teria nenhuma utilidade para nós e serviria tão-somente para “sobrecarregar a memória sem instrução para a experiência e sem prazer para a razão”.¹² Segundo ele:

10 “O que se pretende estabelecer no Contrato Social são as condições de possibilidade de um pacto legítimo através do qual os homens, depois de terem perdido a liberdade natural, ganhem, em troca, a liberdade civil.” (Nascimento 5, p. 195).

11 Em nota na p. 165 de *Anthropologie et politique*, Goldschmidt alerta para outra interpretação possível acerca da história em Rousseau (aquela presente no Livro IV do *Emílio*); interpretação diversa mas não excludente da sua própria que se detém mais exaustivamente no *Segundo Discurso*. Segundo ele “Le traitement de l’historiographie au IV livre de l’*Emile* procède d’une tout autre intention, et n’a pas à être examiné ici. Bien qu’il présente sur plusieurs points similitudes avec la conception envisagée ici, il s’inspire essentiellement de considérations pédagogiques, opérant ainsi un retour à la conception moraliste de l’histoire, traditionnelle depuis les Anciens.” (Goldschmidt 2, p. 165).

Para conhecer os homens, é preciso vê-los agir. No mundo, ouvimo-los falar; eles mostram seus discursos e escondem suas ações; na história, porém, elas são reveladas e julgamo-los pelos fatos. (Rousseau 11, p. 312)

Como podemos perceber, para o autor é na história que se revelam as ações ou o conhecimento das mesmas, no sentido de que por mais que os homens disfarcem suas verdadeiras intenções, ou que se pronunciem de tal ou tal maneira, a história acaba por colocar a descoberto os traços de caráter que se procurou disfarçar por meio de belos discursos ou dissimulações. No entanto, Rousseau aponta para o que ele considera um dos grandes defeitos da história, ou dos relatos acerca desta. Tal defeito consistiria no fato de que esta “mostra os homens muito mais pelo lado mau do que pelo bom” (Rousseau 11, p. 312). Isso porque, segundo ele, concedemos mais atenção ou relevância às grandes revoluções e catástrofes e esquecemos de valorizar os momentos tranqüilos nos quais um povo floresce e se desenvolve sem grandes sobressaltos. Tal constatação leva Rousseau a afirmar que “todas as nossas histórias só começam quando deveriam terminar.” (Rousseau 11, p. 312). Este é, precisamente, o motivo da crítica de Rousseau a Tucídides. Apesar de afirmar ser Tucídides “o verdadeiro modelo dos historiadores” por “relatar os fatos sem julgá-los”, o problema estaria, segundo o genebrino, no fato de que “infelizmente, ele fala sempre de guerra, e que só vemos em seus relatos a coisa menos instrutiva do mundo, ou seja, os combates.” (Rousseau 11, p. 315).

Outro problema apontado por Rousseau, diz respeito ao fato de nem sempre os historiadores apenas relatarem os fatos, mas de manipularem

12 Em um fragmento intitulado “L'influence des climats sur la civilisation”, que os historiadores datam entre 1749-1750 ou 1753-1754, época na qual o autor redigia as notas do *Discurso sobre a origem da desigualdade*, Rousseau escreve: “Pour suivre avec fruit l'histoire du genre humain, pour bien juger de la formation des peuples et de leurs révolutions, il faut remonter aux principes de passions des hommes, aux causes générales qui les font agir. Alors, en appliquant ces principes et ces causes aux diverses circonstances où ces peuples se sont trouvés, on saura la raison de ce qu'ils ont fait, et l'on saura même ce qu'ils ont dû faire dans les occasions où les événements nous sont moins connus que les situations qui les ont précédés. Sans ces recherches, l'histoire n'est d'aucune utilité pour nous, et la connaissance des faits dépourvue de celle de leurs causes ne sert qu'à surcharger la mémoire, sans instruction pour l'expérience et sans plaisir pour la raison.” (Fragments politiques. In: Rousseau 12, t. III, p. 529). Sobre a datação do fragmento em questão ver: *ibidem*, p. 1533.

os mesmos, impondo seus próprios julgamentos acerca destes, falseando-os.¹³

A crítica de Rousseau aos historiadores, ou pelo menos a maior parte deles, se dá no sentido de que estes, ao escolherem os fatos a serem narrados, nem sempre, ou apenas raramente escolhem aqueles que seriam de maior relevância para auxiliar na tarefa de se aprofundar ou desvendar o caráter e a essência do homem. Nesse sentido, Rousseau enfatiza a questão de que:

A história mostra muito mais as ações do que os homens, porque ela só os toma em certos momentos escolhidos, com seus trajes de gala; ela só mostra o homem público que se arrumou para ser visto; não o segue em sua casa, em seu escritório, na família; junto aos amigos; só o retrata quando ele representa; ela pinta muito mais a sua roupa do que sua pessoa. (Rousseau 11, p. 316)

Eis o estatuto da crítica: Rousseau desconfia ou repudia os ambientes formais, tendo em vista que nestes, as ações já são de antemão previsíveis ou moldadas, e não fogem às amarras dos preconceitos e da “opinião”. Tais ambientes definitivamente não são os mais apropriados para se perceber as verdadeiras intenções e o caráter peculiar dos homens de ação. Nesses ambientes, os homens são excessivamente homogêneos. Para o filósofo genebrino: “A fisionomia não se revela nos grandes traços, nem o caráter nas grandes ações; é nas bagatelas que se descobre o temperamento. As coisas públicas ou são comuns demais, ou muito arranjadas.” (Rousseau 11, p. 317).

Eis porque, dentre tantos historiadores Rousseau opta por reverenciar Plutarco. Segundo ele: “Plutarco excele por estes mesmos detalhes em que já não ousamos entrar. Tem uma graça inimitável para retratar os grandes homens nas pequenas coisas, e é tão feliz na escolha de seus

13 Rousseau, no Livro IV do *Emílio*, afirma que: “Os fatos descritos na história estão longe de ser a pintura exata dos próprios fatos tal como aconteceram; eles mudam de forma na cabeça do historiador, moldam-se aos seus interesses, tomam a cor de seus preconceitos.” (Rousseau 11, p. 313).

traços que não raro uma palavra, um sorriso, um gesto bastam para caracterizar seu herói.” (Rousseau 11, p. 317).

Seriam nestes ambientes não formais, nos quais a artificialidade e a cerimônia não se fazem sentir com tanta intensidade, que se poderia perceber com mais propriedade o caráter verdadeiro e a realidade das intenções e sentimentos. Por isso mesmo, estes seriam os ambientes mais propícios a serem descritos. Ambientes nos quais as ações humanas deveriam ser avaliadas, para que pudessem auxiliar na difícil tarefa de se conhecer a alma humana e de orientar nossas ações no mundo.

O papel do estudo da história na formação do cidadão é de fundamental importância, e sua função na educação é a de ressaltar os feitos dos grandes homens que contribuíram com a sociedade na condição de cidadãos, na melhor asserção da palavra. O elogio dos grandes cidadãos deve servir para reforçar o interesse pela ação política e estimular os jovens a participarem de forma virtuosa da sociedade na qual se encontram inseridos.¹⁴ Para além disso, a história dos povos deve servir como suplemento à experiência que falta aos jovens, indicando como no decorrer da história as paixões humanas influenciaram ou determinaram na tomada de decisões que interferiram no rumos da humanidade.

Rousseau procura sempre ressaltar as ações virtuosas dos grandes homens. Daqueles que melhor caracterizam as potencialidades do espírito humano. Por isso também sua preferência pelos escritos de Plutarco. Afinal, este privilegia em seus relatos as ações tomadas ou realizadas não nos ambientes formais, nos quais as ações humanas encontram-se presas às amarras da convenção, nas quais a situação ou o contexto, por assim dizer, falam por si só. Como podemos perceber, por mais pessimista que seja sua concepção de história, Rousseau não deixa de atribuir as responsabilidades pelo mal-estar percebido na vida em sociedade aos próprios homens; que longe de serem tomados pelo ambiente, pelas circunstâncias ou pelo turbilhão da história, devem tomar para si a

14 Nas *Considerações sobre o governo da Polônia*, ao tratar da questão da educação, Rousseau escreve o seguinte: “Aos vinte anos, um polonês não deverá ser um outro homem, deve ser um polonês. Quero que ao aprender a ler, leia as coisas de seu país, que aos dez anos conheça todas as suas produções, aos doze todas as províncias, todas as estradas, todas as cidades; aos quinze saiba toda a história; aos dezesseis, todas as leis; que não se tenha dado em toda a Polônia, uma bela ação, ou existido um homem ilustre que não traga em sua memória e no coração, e que no mesmo instante não possa citar.” (Rousseau 7, p. 278).

responsabilidade pelas escolhas e pelas ações realizadas no mundo.

Nesse sentido, e talvez até forçando um pouco a letra de Rousseau, poderíamos dizer que apesar do sentido tomado pela história até então – ou seja, o sentido negativo, da queda, da corrupção –, fica em aberto, porém, a possibilidade de se estagnar a depravação e de se escrever uma nova história política e social do homem.¹⁵ História esta que prime pela perfectibilidade e pela liberdade humanas.

Abstract: Abstract: This paper briefly addresses some questions concerning the notion of history in the writings of Jean-Jacques Rousseau. It aims at verifying which is the position the author assumes about the meaning of history, the way he conceives the relation between history and sociability, as well as the way they interfere in the notion of “natural man”, or in the ontological qualities of men. Moreover, it aims at outlining some influences from history in Rousseau’s works, mainly in his writings about the importance of the study of history during the moral formation of young people.

Key-words: Rousseau – natural man – history.

Bibliografia

1. CASSIRER, Ernst. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Trad. Erlon José Paschoal. Prefácio e pós-fácio de Peter Gay. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
2. GOLDSCHMIDT, Victor. *Anthropologie et politique: les principes du système de Rousseau*. 2. éd. Paris: J. Vrin, 1983.
3. GOYARD-FABRE, Simone. *Politique et philosophie dans l’oeuvre de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: PUF, 2001.
4. NASCIMENTO, Milton Meira do. Le législateur et l’écrivain politique chez Rousseau. In: 20th World Congress of Philosophy. *Procee-*

15 Raymond Polin, ao tratar da ambivalência da liberdade humana, comenta que, “aucun fatalisme de l’histoire n’effleure jamais la pensée de Rousseau. On pourra discuter à perdre de vue sur le fait de savoir s’il est, em dernière analyse, optimiste ou pessimiste. Malgré sa sombre analyse de la décadence du genre humain, il travaille de toutes ses forces à la reprise en main de son histoire, hic et nunc, vers plus de liberté sauvegardées, plus de justice instituée, pour la restitution à chaque homme d’un possible bonheur appelé par sa nature.” (Polin 6, p. 22).

- dings*. Boston, 1998. Disponível em: <http://rousseaustudios.free.fr/Articlenascimento.htm>. Acesso em: 05/08/2005.
5. _____. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, F.C. (Org.). *Clássicos da política*. v. 1. São Paulo: Ática, 2002.
 6. POLIN, Raymond. Jean-Jacques Rousseau, philosophe de l'histoire de la culture. In: GOYARD-FABRE, Simone (Org.). *Politique de Rousseau*. Montmorency: Musée J.-J. Rousseau, 1995. (Études Jean-Jacques Rousseau, 7)
 7. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Considerações sobre o governo da Polônia. In: *Obras de J.-J. Rousseau*. v. II. Trad. Lourdes Santos Machado. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Globo, 1962.
 8. _____. *Discurso sobre a economia política*. Trad. Maria Constança Peres Pissarra. Petrópolis: Vozes, 1995a.
 9. _____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Ática, 1989.
 10. _____. *Do contrato social*. Trad. Maria Constança Peres Pissarra. Petrópolis: Vozes, 1995b.
 11. _____. *Emílio, ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 12. _____. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1959-1995. 5 tomos. (Bibliothèque de La Pléiade)
 13. SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo Francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
 14. VAUGHAN, C.-E. *The political writings of Jean-Jacques Rousseau*. v. I. Oxford: Basil Blackwell, 1962 (reimpressão da primeira edição: Cambridge, 1915).